

“TODO PROFESSOR INDÍGENA É UMA LIDERANÇA”: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE CATU DOS ELEOTÉRIOS/RN

Jucinara de Melo Silva

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto

José Luiz Soares

INTRODUÇÃO

Essa escrita apresenta os resultados parciais da nossa pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além disso, dialoga com as ações do projeto de extensão intitulado: “Memórias vivas em entrevistas públicas: Narrativas de lutas e resistências na Escola Municipal João Lino da Silva” que foi realizado durante o segundo semestre do ano de 2024, na comunidade indígena Catu dos Eleotérios, localizada entre os municípios de Canguaretama e Goianinha no estado do Rio Grande do Norte.

O referido projeto dedicou-se à realização de entrevistas públicas sobre as memórias da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva, a primeira escola indígena reconhecida no estado do Rio Grande do Norte.

Deste modo, a reflexão que desenvolvemos nesta escrita não brota sozinha: germina a partir de uma frase dita pelo Cacique Luiz Katu durante a nossa entrevista em agosto de 2024: “*um professor indígena, ele é uma liderança indígena!*”. Tal frase ganha raízes na escuta das demais professoras entrevistadas, Valda Maria Arcanjo

da Silva, diretora da Escola João Lino, e Claudiane Soares, professora de tupi, cujas experiências entrelaçam e fortalecem o solo sobre o qual esta análise é cultivada.

O contexto da frase dita pelo Cacique integra uma parte da sua entrevista em que ele relata dificuldades vivenciadas ao conciliar a dupla responsabilidade de ser cacique e professor, em que a necessidade da sua presença em seminários, palestras e eventos do movimento indígena são partes essenciais da sua liderança política, mas também são fundamentais para a sua formação enquanto professor indígena. Contudo, esse caráter pedagógico e político de sua presença nesses espaços nem sempre é reconhecido pelas dinâmicas burocráticas do Estado, que tendem a deslegitimar ou invisibilizar tais atividades como parte do trabalho de um docente indígena.

Ao ouvirmos as professoras Valda Maria Arcanjo da Silva e Claudiane Soares, percebemos que esse protagonismo e essa liderança política não se restringem à figura do cacique, mas atravessam igualmente o cotidiano das docentes. Suas narrativas corroboram com a afirmação inicial do cacique de que “um professor indígena é uma liderança indígena”, evidenciando que o papel do docente indígena envolve muito mais do que o ensino de conteúdos escolares e trata-se também de um lugar de destaque nas lutas da comunidade, que exige ocupar, disputar e sustentar posições de liderança dentro e fora da escola, afirmando a educação indígena como prática de resistência coletiva.

A partir dessa compreensão, essa escrita tem o objetivo de refletir sobre o papel dos professores indígenas da comunidade potiguara do Catu dos Eleotérios na construção e fortalecimento da Educação Escolar Indígena. O fio condutor desta análise será a memória e as narrativas que estes professores se dispuseram a compartilhar conosco e que nos permitiram valorizar suas trajetórias, memórias e experiências, assim como compreender os caminhos que moldam a construção desta modalidade educacional. Para tanto, faz-se necessária a contextualização da comunidade e da escola citadas, nas quais realizamos as entrevistas e com as quais dialogamos ao longo deste trabalho.

A comunidade indígena Catu dos Eleotérios, está situada no litoral do estado do Rio Grande do Norte entre os municípios de

Canguaretama e Goianinha, contando com aproximadamente 142 famílias que se autodeclararam como indígenas pertencentes à etnia potiguara. De acordo com relatos do Cacique Luiz Catu sobre a origem da comunidade, seus ancestrais vieram do antigo aldeamento de Igramació, no século XVIII, subindo a mata fechada entre Sibauá e Barra do Cunhaú, onde deságua o rio Catu, com o qual a comunidade possui profunda ligação desde o princípio.

Tendo vivenciado as violências instauradas pelo processo colonizador na região nordeste do Brasil, cujas consequências foram intensificadas pelos morticínios de Cunhaú e Uruaçu, ocorridos em 1645, que desencadearam uma verdadeira caça aos povos indígenas na região, a comunidade viu-se obrigada, ao longo de gerações, a ocultar suas identidades como estratégia de sobrevivência diante da perseguição, do estigma e das políticas de silenciamento impostas pelo poder colonial.

Corroborando com esse processo de silenciamento, obras de referência produzidas por autores como Cascudo (1947), Tavares de Lyra (1920), Olavo de Medeiros (1997), Tarcísio de Medeiros (1973) e Vicente Lemos de Medeiros (1980) contribuíram para a difusão historiográfica da ideia do desaparecimento e aculturação dos povos indígenas na região durante muitos séculos.

Diante dessas violências históricas, o Rio Grande do Norte tornou-se o único estado brasileiro que, até o presente momento, não possui terras indígenas demarcadas e carregando esse legado de apagamentos e silenciamentos, apenas no início do século XXI impulsionado pelo fortalecimento do movimento indígena brasileiro e pela atuação de pesquisadores indigenistas que chegaram à comunidade através das universidades e da Fundação José Augusto, que se consolidou o processo de retomada identitária do grupo.

Esse período marca o início de um processo de etnogênese, no qual a comunidade passou a reivindicar sua ancestralidade, reconstruir memórias silenciadas e afirmar coletivamente sua condição de povo indígena. Acerca do conceito de etnogênese, Silva (p.26, 2016) afirma que:

Esse conceito tem sido utilizado para analisar o processo de emergência étnica de grupos que historicamente eram considerados

extintos ou de grupos étnicos que eram desconhecidos para o campo da etnologia, como é o caso dos povos indígenas do Rio Grande do Norte.

Assim, a comunidade iniciou a reelaboração de suas narrativas étnicas, bem como, a redefinição de suas histórias de vida, tradições e identidade utilizando as memórias dos mais velhos como principal ponto de partida deste processo que os permitiu desafiar as narrativas acerca do seu desaparecimento. A construção dessa emergência étnica se deu em diferentes contextos, sendo a escola e as práticas educativas um dos espaços centrais dessa articulação identitária, política e cultural.

Com isso, a escola João Lino que até então não possuía um currículo indígena, também começa a moldar suas práticas, reflexões e objetivos assumindo um papel crucial para o fortalecimento da identidade e das tradições do povo potiguara da comunidade Catu, tendo sido a primeira instituição do Rio Grande do Norte a ser reconhecida como escola indígena e com isso, afirmando não apenas seu projeto educativo diferenciado, mas também demarcando a própria existência do povo, em um território juridicamente não demarcado.

Deste modo, a construção dessa instituição que se revela enquanto um verdadeiro marco na história do movimento indígena no Rio Grande do Norte, não ocorreu de forma rápida, nem como resultado da atuação do Estado. Ao contrário, o diálogo com as narrativas docentes revela que essa conquista só se tornou possível graças à mobilização dos próprios professores, cujas ações, articulações políticas e resistências cotidianas foram decisivas para que o projeto educacional indígena se concretizasse.

Assim, a Escola Municipal Indígena João Lino da Silva afirma-se como resultado da luta comunitária e os seus professores ocupam os lugares de verdadeiras lideranças de seu território, partindo da compreensão de Silva (2021) que afirma que dentre as condições do papel de liderança estão: a necessidade de ouvir a comunidade e as suas demandas traçando estratégias de como resolvê-las, a articulação, diálogo e negociação com agentes e organizações externas, a participação em manifestações, atos e protestos e a socialização das decisões e ações tomadas com a comunidade.

A ESCUTA COMO MÉTODO: POR QUE OUVIR PROFESSORES INDÍGENAS?

Ao privilegiar documentos, números e diretrizes, o debate educacional ainda ignora as potencialidades presentes nas narrativas dos professores, que revelam dentre outros aspectos, suas trajetórias de vida as quais se entrelaçam às práticas escolares, constituindo saberes e identidades fundamentais para a compreensão das complexidades que envolvem o cotidiano escolar e o ser docente.

Tais aspectos são capazes de permitir-nos entender os fatores que influenciam seus modos de ensinar, as formas como suas experiências individuais e coletivas moldam seus saberes, práticas e escolhas pedagógicas, as dificuldades que eles vivenciam dentro e fora do ambiente escolar e quem são os docentes que compõem a educação do nosso país. De acordo com Andrade & Almeida (p. 132, 2018)

[...] se a ação docente se passa no tempo, os saberes adquiridos, construídos e mobilizados pelos professores são intrinsecamente temporais, conectados tanto às suas respectivas histórias de vida quanto ao percurso da carreira considerada em sua dimensão subjetiva, experiencial e idiossincrática ou, por outro lado, institucional, socializada e historicamente construída.

Partindo dessa compreensão e da escuta e diálogo com os professores indígenas, é possível perceber que seus saberes e identidades docentes são formulados intrinsecamente por distintas dimensões que se estendem às memórias, ancestralidades, trajetórias escolares que por vezes promoveram o silenciamento de suas identidades, e especialmente, suas lutas coletivas. Assim, se a docência, em si, já implica resistência, entre os professores indígenas essa resistência se converte em condição para a própria existência da escola, da língua, da identidade e do povo que ela sustenta.

Desse modo, para compreender a educação escolar indígena é necessário reconhecer que ela não se limita a currículos, políticas, dados e/ou documentos oficiais, seria na verdade um grande equívoco reduzir o debate à esta perspectiva, tendo em vista que

trata-se de uma modalidade educacional forjada a partir da organização de diferentes povos, pensada por eles para atender suas especificidades e com uma existência condicionada desde o princípio a processos coletivos de luta que antecedem qualquer iniciativa do Estado.

Além disso, convém salientar o que afirma o autor indígena Gersem Baniwa em entrevista realizada por Bergamashi (p.132-133, 2012)

O desafio da escola indígena atual é encontrar esse ponto de equilíbrio, valorizar os saberes indígenas no mesmo nível da valorização dos saberes científicos e tecnológicos, que em geral chamamos de educação intercultural. Mas isso não é apenas tarefa da escola, como instituição do Estado ainda que em mãos indígenas, mas principalmente da família, da comunidade e do povo indígena.

Por isso, pensar a educação escolar indígena envolvendo e partindo da escuta dialógica das narrativas docentes, é mais do que ir além dos dados e números, é entender estes indivíduos que atuam justamente nos cruzamentos entre família, comunidade e povo, realizando a articulação, tradução e confronto de conhecimentos que tornam concreta essa educação que se faz a partir do equilíbrio entre mundos.

Além disso, ouvir professores indígenas é também reconhecer um dos principais aspectos constitutivos da educação: a humanidade. Esta que carrega em si, as lutas, as falhas, bem como, os desejos, conquistas, culturas e essências da nossa existência no mundo. Nesse sentido, optando pela experiência humana no centro da construção do conhecimento utilizamos a História Oral e a História Pública como bases para a articulação e diálogo com as narrativas que os professores da comunidade Catu compartilharam conosco.

Desta forma, utilizamos a História Oral a partir da compreensão de Portelli (2016) que a define como uma arte da escuta, ou seja, um processo que se constrói pela sensibilidade de ouvir o outro e acolher o que ele deseja narrar. Assim, trata-se de uma prática que envolve acima de tudo, o respeito pelo que o narrador deseja registrar sobre si, mesmo que suas memórias escapem às expectativas do pesquisador, considerando o que destaca Portelli (p.12, 2016) “A história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento.

Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores.”

A partir dessa compreensão, a dinâmica das entrevistas que compõem esse trabalho, se deu através de diálogos prévios com o cacique e professor de etnohistória, Luiz Katu, em que ele contribuiu com a elaboração dos objetivos e percursos possíveis para a pesquisa, partindo dos debates que envolvem a história da escola tanto no passado, quanto no presente. Tomando como norte este diálogo, realizamos um bloco de três entrevistas públicas na comunidade indígena do Catu, durante agosto a setembro de 2024, em que entrevistamos o cacique Luiz, a diretora da Escola João Lino, Valda Maria Arcanjo da Silva e a primeira professora de tupi da instituição, Claudiane Soares.

A escolha em torno das entrevistas públicas foi possibilitada e fundamentada pela História Pública, que em diálogo com a ideia de co-autoria (Portelli, 2016) nos orienta em torno da construção compartilhada de conhecimento e além disso, à circulação das narrativas em espaços que estejam para além do acadêmico.

Deste modo aliamos dois conceitos: o de co-autoria trabalhado por Portelli (p.15 2016) ao reconhecer que

[...] é a abertura do historiador para a escuta e para o diálogo, e o respeito pelos narradores, que estabelece uma aceitação mútua baseada na diferença, e que abre o espaço narrativo para o entrevistador entrar. Do outro lado, é a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os historiadores façam seu trabalho.

E ainda, o conceito de autoridade compartilhada discutido por Frisch (2016, p. 63) o qual reconhece que “[...] nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado.”

Sob essa compreensão reconhecemos que a construção desse trabalho seria impossível sem a colaboração dos professores que se dispuseram a narrar suas histórias e experiências conosco e que através das suas lembranças, partilharam não apenas os desafios e conquistas que elaboram a história da educação escolar indígena na comunidade, mas também os significados que estas

memórias estão adquirindo no tempo presente da comunidade e das suas trajetórias enquanto docentes.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que essa colaboração transcende o reconhecimento da autoria do pensamento e da produção do conhecimento que emerge das narrativas desses professores, pois se fundamenta também na partilha do tempo, dos significados e dos valores construídos através do diálogo que se estabelece entre pesquisadores e narradores, por isso, entendemos que

A palavra “colaboração” possui um caráter muito forte na América Latina. Alude a participação e a conquista de objetivos de maneira compartilhada. Refere-se a compartilhar tempo, ideias, valores. Em uma sociedade em que a igualdade e as diferenças sociais e econômicas são tão grandes, a colaboração tende a ter lugares entre pares, com diferentes trajetórias de vida, atribuições políticas, culturais, realidades econômicas e sociais distintas entre si. É por isso que nos propomos a enfatizar a relevância dos processos colaborativos que a história pública possibilita (Ituarte, p.34, 2023 *tradução nossa*).

Tendo isso em vista, as entrevistas públicas permitem que essa colaboração ultrapasse a relação restrita entre narrador e pesquisador, incorporando o público ao processo de construção dessa narrativa histórica. De acordo com Santhiago (p.5, 2018) a entrevista pública

[...] institui uma nova composição de falas; transforma a entrevista em um espaço narrativo compartilhado por ainda mais vozes; instaura um terreno de conversação com gerenciamento tripartite, que fortalece a entrevista como um dispositivo de construção de relações entre pessoas.

Por meio dessa dinâmica, o historiador convida o público a construir outras maneiras de sentir e significar o passado, estimulando o questionamento e a ruptura com narrativas históricas hegemônicas. Tal movimento torna-se crucial no contexto das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, marcadas por séculos de silenciamento e estigmas que persistiram em restringir a pluralidade de suas histórias e existências.

Assim, as entrevistas públicas não apenas oferecem a quem narra a oportunidade de rememorar e ressignificar suas experiências, como também permitem que aqueles que escutam, acessem trajetórias de vida, espaços e sentidos que se revelam no próprio ato de narrar. Ademais, é válido destacar ainda que no contexto escolar, tal formato de entrevista promove contribuições que garantem não apenas o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, mas também permitem trazer à cena o professor, um sujeito frequentemente reconhecido apenas por suas funções docentes.

Deste modo, a entrevista pública em contexto escolar torna-se também um exercício de cultivar, entre crianças, adolescentes e até mesmo colegas de profissão, a sensibilidade de perceber o professor para além da sala de aula, do pincel e da lousa, reconhecendo-o como sujeito de histórias singulares e revelando os caminhos, sonhos, desafios e memórias que tecem suas experiências. É portanto, um exercício de humanizar uma profissão tantas vezes desumanizada através das constantes cobranças por resultados excelentes, mas que ao mesmo tempo precisa lidar com rotinas exaustivas, salas superlotadas, escolas precarizadas e ainda o peso de lidar com distintos problemas sociais que atravessam a vida escolar em múltiplos níveis.

As entrevistas na comunidade do Catu, nos permitiram observar que no contexto dos professores indígenas, tal desumanização ganha ainda outras camadas em que além de enfrentarem os desafios da educação pública, esses docentes carregam também a responsabilidade de cuidar e fortalecer a identidade das crianças e adolescentes de seus territórios de modo que estes não apenas se reconheçam enquanto indígenas, mas também aprendam a defender seus direitos diante das adversidades que os atingem de forma individual e coletiva na sociedade.

Para esses professores, ensinar é uma tarefa indissociável da resistência e da luta por direitos; não apenas o direito à educação enquanto política básica do Estado, mas também o direito à existência, à valorização dos saberes tradicionais e à construção coletiva de conhecimentos que afirmem seus modos próprios de viver e aprender.

Deste modo, ao evidenciar essas vozes, percebemos o papel dos docentes indígenas como mediadores do ensino, e para além

disso, como sujeitos de memória, de resistência e de produção de saberes, fundamentais para pensar os rumos da educação escolar indígena no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil, é de fato perceber o papel de liderança que cada um deles assume dentro da tarefa coletiva que é manter viva a memória de seu povo.

O QUE NARRAM OS PROFESSORES INDÍGENAS DO CATU

Não é incomum que ao convidarmos professores para entrevistas sobre suas trajetórias de vida e docência, eles questionem o valor de suas próprias experiências e se perguntem em que medida podem contribuir para pesquisas e espaços formativos, como afirma Portelli (p. 15, 2016) “os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal.”

No entanto, no caso dos professores indígenas da comunidade do Catu, foi possível perceber que ainda que essa dúvida tenha aparecido entre alguns deles durante o convite para as entrevistas, no momento delas, suas narrativas demarcaram com clareza o lugar de liderança que cada um deles desempenha em suas escolas e territórios, não somente na atualidade, mas em todo processo histórico que demarca a construção dessa educação escolar indígena.

Ao falarmos sobre esta modalidade educacional na comunidade Catu, falamos sobre um processo histórico que ganha força ainda no final da década de 1990 e é potencializado a partir dos anos 2000 através de iniciativas que parte exclusivamente dos professores como aponta Luiz Katu, cacique da comunidade, professor de etnohistória que possui 47 anos e atua desde 1996 na Escola Municipal Indígena João Lino da Silva:

[...] havia uma omissão, não havia nenhuma provocação para a escola ensinar um currículo diferenciado e se apresentar como uma escola indígena. Essa provocação, aí eu vou falar com bastante tranquilidade nesse sentido, [...] eu sou um dos autores dessa luta de fazer essa provocação para a escola não aceitar mais ser tratada como uma escola convencional (Luiz Katu, 2024).

Essa provocação trazida por Luiz desencadeou uma transformação no cotidiano escolar que não se restringiu às quatro paredes da sala de aula. A partir dela, o ensino passou a transbordar

para os diversos espaços da comunidade, permitindo que as crianças estabelecessem contato direto com a natureza e com os saberes partilhados no território.

Assim, atividades como o acompanhamento da colheita e dos processos de produção de alimentos à base de mandioca, bem como as danças, os cantos e os movimentos que compõem o toré potiguara, passaram a integrar o cotidiano escolar, vinculando o aprendizado às práticas tradicionais da comunidade. Esse vínculo se expressou publicamente em 2002, quando as crianças, junto ao professor, apresentaram o toré potiguara na Semana de Arte e Cultura do município, tensionando as narrativas e os estigmas históricos que negaram por anos a existência dos povos indígenas no Rio Grande do Norte, ao narrar esse momento Luiz destaca:

[...] E eu desafiei eles a gente se apresentar no centro da cidade fazendo essa dança. Imagine, nem dentro da própria aldeia a gente era aceito cem por cento dançando o toré com criança, quer dizer o toré era tido para dançar fechado, como ritual sagrado de lua cheia, eles não concebiam ver esse toré sendo feito para pessoas não é? Para um público como festivo, como receptivo, que existe o toré aberto que é esse toré receptivo, festivo que o movimento indígena faz. Aqui essa concepção ainda não era entendida, então não havia esse entendimento, então eu comecei ensaiar com esses alunos, a gente construiu as maracas, fizemos essa [som da maraca] para confecção das maracas, cada aluno construiu uma maraca e a gente foi (Luiz Katu, 2024).

Através desse relato, destacamos o quanto esse gesto realizado por Luiz e os seus alunos, torna visível o seu papel de professor e liderança, pois, ao assumir publicamente sua identidade diante de um público não indígena que ainda guarda concepções estigmatizadas e preconceituosas sobre os povos indígenas na região, ele modela uma postura de afirmação da identidade que as crianças também aprendem a afirmar, ocupando com orgulho os espaços públicos.

Nesse movimento, também percebemos esse papel nas narrativas da professora Valda Maria Arcanjo da Silva que é a atual diretora da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva, possui 61 anos e atua na docência desde a década de 1980 tendo sido parte

da escola em um momento em que suas práticas e currículo ainda não estavam alinhados às demandas indígenas.

Durante a sua entrevista, depois de narrar a sua trajetória ao lado da educação e das lutas indígenas, o público questionou à narradora de que maneira ela se enxergava ao realizar este panorama sobre suas experiências e assim Valda observa que

Em partes eu me sinto muito feliz por ser parte dessa história, porque desde o início que eu estou na comunidade e iniciou-se quase por mim porque quando meu irmão e Nascimento já falecido, eles começaram a ir em busca desse reconhecimento [...] Quando eles saíram, eu fiquei só nessa luta, aí fui caminhando, caminhando e hoje eu ainda estou na luta, não é? Hoje, desde 1980 que eu estou aqui na escola, a gente que trabalha muito tempo em um ambiente só, sente assim, tão apropriada não é? Pensando nas lutas que a gente teve, que eu já tive [...] e hoje ainda existindo nela, nessa caminhada. É um desafio ainda, nós que trabalhamos nessa parte de liderança, é um desafio, cada dia, cada minuto é um desafio [...] e eu me sinto uma pessoa, enquanto liderança ainda hoje, eu me sinto uma pessoa muito realizada no lado de liderança, no lado das lutas porque ainda estou e qualquer coisa que estiver e qualquer coisa que estiver ao meu alcance, eu vou dar meu apoio (Valda Maria Arcanjo da Silva, 2024).

Ouvir a professora e diretora Valda possibilitou-nos acessar as experiências que marcaram a comunidade do Catu em um contexto em que a ditadura militar, os estigmas históricos dos morticínios de Cunhaú e Uruaçu e as políticas integracionistas ocuparam a educação e produziram um ambiente de medo, silenciamento e negação da identidade indígena. No entanto, tanto na entrevista quanto na pré-entrevista, tornou-se evidente o seu profundo orgulho em narrar a trajetória que construiu como liderança em um período em que muitos de seus parentes se afastaram da luta, resstando a ela a responsabilidade de permanecer e sustentar a resistência coletiva.

Embora a pré-entrevista não tenha sido gravada, permanece em nossa memória a forma como a docente falou, por quase uma hora, sobre os medos e os desafios enfrentados nesse tempo em que precisou assumir sozinha o lugar de liderança e representar a comunidade em eventos do movimento indígena em níveis estadual e nacional. Ao relatar que viajava para lugares que

desconhecia, distante de seus parentes e do Catu, Valda destacava que, apesar do temor, compreendia que a luta coletiva exigia sua presença, pois dela dependia não apenas a representação política do povo potiguara, mas o próprio fortalecimento da sua comunidade.

Atualmente, Valda não participa com a mesma intensidade desses espaços de mobilização, pois dedica grande parte de seu tempo aos cuidados de sua mãe, em razão de problemas de saúde. Desse modo, sua trajetória evidencia, nesse sentido, a forma como as lideranças indígenas mulheres também são atravessadas pelas questões de gênero que, com frequência, atribuem às mulheres a responsabilidade do cuidado familiar e por tantas vezes, exigem delas o equilíbrio entre esses dois papéis como discute (Silva, 2021).

Mesmo afastada das instâncias formais do movimento, ela recorda com orgulho o papel que desempenhou e afirma continuar se reconhecendo como liderança, fazendo transparecer com nitidez em sua narrativa o quanto a sua atuação ainda permanece viva no cotidiano da escola, onde mobiliza os aprendizados construídos ao longo de sua participação no movimento indígena e os transforma em práticas que buscam sustentar essa educação diferenciada.

Somado às experiências da professora Valda, temos ainda os relatos da professora Claudiane Soares, a mais nova entre os professores entrevistados que possui 31 anos de idade e foi a primeira professora de tupi da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva, sendo atualmente professora da mesma disciplina na segunda escola indígena da comunidade a Escola Municipal Indígena Alfredo Lima.

Claudiane Soares, acompanhou o processo de implementação e construção da educação escolar indígena ainda enquanto aluna, tendo participado das primeiras aulas de tupi da comunidade, oferecidas por pesquisadores e especialistas externos que chegaram à comunidade através do contato com a Fundação José Augusto. A partir dessa experiência escolar e da sua trajetória enquanto professora que foi iniciada em 2018, Claudiane nos narra seu olhar sobre a escola e a educação que ela oferece atualmente afirmando que:

[...] essas provocações, essas reflexões, esses diálogos... eles saem muito de dentro da escola para o território, talvez nas casas dos alunos, não cheguem a falar com os seus pares sobre demarcação, não saiba o que é uma PEC que prejudique o movimento indígena, e aí eles têm acesso à essas informações muito na escola e a partir do que escutam aqui, levam para suas casas (Claudiane Soares, 2024).

Tal fala nos revela o quanto esses professores atuam também a partir dos eixos da formação e atuação política em torno do ser indígena e da resistência que envolve a existência de seu povo. Claudiane através da sua fala, demonstra reconhecer que nem sempre os pais e responsáveis conseguirão trabalhar tais questões com as crianças em casa e entender com isso, que os silenciamentos históricos vivenciados pela comunidade e inclusive, por ela própria, ainda podem se fazer presentes no contexto familiar distanciando as crianças de problemáticas que são fundamentais para o seu amadurecimento político e identitário.

A escola torna-se, assim, essencial para romper com o silenciamento histórico que marcou a comunidade, e os professores passam a atuar como lideranças que assumem um papel central na formação das futuras lideranças do território. Desse modo, esses professores são responsáveis por promover espaços em que as crianças e jovens aprendem em sala de aula ao mesmo tempo em que tornam-se mediadores e levam para suas famílias e parentes os conhecimentos que ali constroem, sobretudo aqueles relacionados às decisões políticas que incidem diretamente sobre o cotidiano do povo potiguara.

Como pontua Claudiane, é pela escola que muitos estudantes têm seu primeiro contato com debates sobre demarcação, políticas públicas e ameaças legislativas, tornando-se através dessa prática, vetores de circulação desse conhecimento dentro da comunidade e apropriando-se da identidade indígena também como identidade política que tem consciência sobre os seus direitos e que é capaz de interferir diretamente na construção de espaços que sejam capazes de mudar suas realidades e garantir o direito a diferença em distintos espaços que lhes são necessários.

Deste modo, esses professores transformam suas próprias lutas em conteúdos pedagógicos, convertendo a experiência

política em aprendizado e inspirando crianças e adolescentes a aprenderem, defenderem e participarem de espaços e decisões fundamentais para a construção de um futuro que garanta o seu direito à diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas com os professores indígenas da comunidade Catu dos Eleotérios nos revelam a importância e as potencialidades que habitam a construção de entrevistas públicas com professores, acompanhadas do ato de construir espaços para que eles narrem e compartilhem os caminhos que os formam enquanto docentes e lideranças de seu território. Tais narrativas são capazes de nos possibilitar reflexões que se constroem não somente a partir de dados e relatórios, mas da prática e das dificuldades, sonhos e histórias que sustentam a educação escolar indígena.

Ao iniciarmos este trabalho junto aos professores da comunidade, ainda não compreendíamos com precisão o papel que tais sujeitos ocupam em seus territórios e somente por meio desse exercício de escuta dialógica, que se tornou possível reconhecer que todo professor indígena de fato, é também uma liderança, e que, por isso, não há como dissociar sua atuação docente da luta cotidiana que atravessa a escola e ultrapassa seus muros. Ouvir esses professores nos permitiu, ainda, compreender a relevância de suas ações na construção e afirmação da educação escolar indígena no estado, evidenciando que é por meio de suas práticas, escolhas e enfrentamentos que essa educação é criada, sustentada e reinventada cotidianamente.

A partir disso, destacamos a relevância do trabalho da História Oral articulado à História Pública em contexto escolar, tendo em vista que no Catu, essas iniciativas permitiram que crianças, adolescentes, colegas de profissão, parentes e estudantes universitários tivessem acesso às lutas que atravessam e constituem a prática pedagógica dos professores indígenas da comunidade, assim, as narrativas que estes professores partilharam, nos permitiram a construção de pesquisas e escritas como esta, mas também criaram espaços de formação onde foi possível entender que a educação escolar indígena no Rio Grande do Norte tem sido construída em

grande parte, pela força e mobilização coletiva que acontece a partir das comunidades e em especial, dos seus professores.

A partir dessa experiência salientamos a importância de compreender a história pública a partir de Rovai (p. 44, 2023), que a define como um movimento engajado, e ainda como

[...] prática reflexiva que, por meio da história oral, é aqui entendida como projeto público que não pretende complementar narrativas históricas já consagradas e conhecidas pela Academia, mas questioná-las, descolonizá-las e apontar os danos dos silenciamentos que têm produzido ao excluir múltiplas existências.

Ademais, o que nos narram os professores Luiz Katu, Valda Maria Arcanjo da Silva e Claudiane Soares evidencia que o exercício da docência entre os povos indígenas não se constrói exclusivamente por meio de cursos formais de formação inicial ou continuada, embora estes sejam de importância vital, mas também são construídas através de espaços que ultrapassam os limites da escola, como as mobilizações com outras comunidades, as reuniões coletivas, os atos de rua, palestras, rodas de conversa, as reivindicações políticas e como vimos com o cacique Luiz Katu, através dos torés realizados fora da comunidade.

Percebemos, ainda que é nesses espaços que se consolida uma prática pedagógica na qual os professores indígenas constroem sua própria identidade docente ao mesmo tempo em que exercitam a política como parte do ensinar. Deste modo, ao compartilhar essas experiências com seus estudantes, eles os incentivam a ocupar e disputar espaços públicos, a reconhecer e a se apropriar de seus direitos e a garantir a continuidade de suas ancestralidades. Com isso, formam a juventude para assumir, no futuro, o lugar de novas lideranças responsáveis por sustentar a luta, a identidade e os direitos do seu povo.

Assim, destacamos que colocar as narrativas desses professores indígenas no centro do diálogo científico é também reconhecer o papel de liderança que eles ocupam e criar espaços em que possam produzir reflexões capazes de transformar a própria realidade e a daqueles que escutam.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE**, Everardo Paiva de; **ALMEIDA**, Juniele Rabêlo de. Trajetórias docentes e história pública: a construção de um acervo com narrativas de professores. In: **ALMEIDA**, Juniele Rabêlo; **MENESES**, Sônia (Orgs.). História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.
- Bergamaschi, M. A. (2013)**. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. Revista História Hoje, 1(2), 127–148.
<https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i2.44>
- FRISCH**, Michael. História Pública: Questões gerais. In: **MAUAD**, Ana Maria *et al.* **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016. cap. A História Pública não é uma via de mão única, ou, de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa, p. 57-69.
- ITUARTE**, Inti Artero. Historia Pública: Si la defino la limito, In: **RODRIGUEZ**, Alejandra *et. al.* Historia Pública en América Latina: Teorías y prácticas desde el sur. 1 ed. Argentina: Editorial UNQ, 2023. Cap. Primera Parte: Debates conceptuales sobre la Historia Pública y su campo de acción. p. 25-42.
- PORTELLI**, Alessandro. História oral como arte da escuta. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.
- SANTHIAGO**, Ricardo. “Ele foi meu muro”: Liberdade artística e liberdade narrativa em uma metaentrevista pública. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.10, n.18, Jan./Jul.2018 – ISSN- 2177-4129 DOI:
<https://doi.org/10.15210/rmr.v10i18.11393>
- SILVA**, Tayse Michelle Campos da. Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte. 2021. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ENTREVISTAS

- SILVA**, Valda Maria Arcanjo da. [61 anos]. Entrevistadora: Jucinara Melo. Comunidade Indígena Catu, Escola Municipal Indígena João Lino da Silva, Canguaretama, RN. 30 de setembro de 2024.
- KATU**, Luiz. [47 anos]. Entrevistadora: Jucinara Melo. Comunidade Indígena Catu, Espaço EtnoCatu, Canguaretama/Goianinha, RN. 12 de agosto de 2024.
- SOARES**, Claudiane. [31 anos]. Entrevistadora: Jucinara Melo. Comunidade Indígena Catu, Escola Municipal Alfredo Lima, Goianinha, RN. 23 de setembro de 2024.

JUCINARA DE MELO SILVA

Graduada em História - licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro da Rede Trajetórias Docentes.

email: jucinaramelo@outlook.com

ALINY DAYANY PEREIRA DE MEDEIROS PRANTO

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo. Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenadora da Rede Trajetórias Docentes.

email: alinydayany@gmail.com

JOSÉ LUIZ SOARES

Cacique do povo potiguara da comunidade Catu dos Eleotérios, graduado em Pedagogia pela Universidade do Vale do Acaraú, professor de etnohistória da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva, Dr. Honoris Causa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

email: luiz.catu@yahoo.com.br